Relatório Circunstanciado do Poder Executivo

Conforme prevê a Resolução nº 1.099/2018 desta Egrégia Corte de Contas, encaminhamos o Relatório sobre a gestão das atividades públicas realizadas no Município, relativo ao exercício de 2020, no que se refere à Administração Direta.

Destaca-se que seguem nesta Prestação de Contas os seguintes documentos:

a) Relatório circunstanciado do Prefeito sobre sua gestão, indicando o atingimento das metas estabelecidas na Lei Orçamentária Anual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual, contendo, também, informações físico-financeiras sobre os recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB e em Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS;

b) Relatório e parecer do responsável pelo Sistema de Controle Interno, sobre as contas de governo;

c) Demonstrações contábeis da administração direta, as quais foram geradas eletrônica e automaticamente pelo SIAPC/PAD;

d) Declaração firmada pelo Prefeito de que as leis que compõem o processo orçamentário (PPA, LDO e LOA), bem como as leis e decretos de abertura de créditos adicionais e de operações de crédito, foram devidamente encaminhados ao TCE-RS por meio do sistema Base de Legislação Municipal - BLM;

e) Declaração firmada pelo Prefeito de que os agentes públicos atuantes no Poder Executivo estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas;

f) Declaração do contador, ratificada pelo Prefeito, informando sobre a realização de conciliações bancárias e seus respectivos resultados; e

g) Parecer do Conselho Previdenciário que, por força de lei, deve se manifestar sobre as contas do Regime Previdenciário Próprio.

1 – Execução Orçamentária

Os efeitos da receita e da despesa pública sobre o orçamento e sobre o Patrimônio constam nos demonstrativos orçamentários e contábeis anexos na presente Prestação de Contas. A receita arrecadada foi de R$ 51.358.708,61 e a despesa realizada somou R$ 45.316.812,06, resultando em um superávit de R$ 6.041.896,55.

1.1 - Limites de Despesas com Pessoal e Endividamento

O presente item deixa de ser abordado por já constituir processo próprio da Gestão Fiscal e encaminhado ao Tribunal no período correspondente, juntamente com o Sistema para Informações e Auditoria para Prestação de Contas - SIAPC relativos ao exercício de 2020. No entanto, informamos que os respectivos percentuais ficaram abaixo dos limites definidos na LRF, ficando em 37,99% e 1,50% para Poder Executivo e Legislativo respectivamente. Com relação ao Endividamento, constatou-se que a Dívida Consolidada Líquida está dentro dos limites definidos pelo STN.

2 – Das Metas Previstas no Plano Plurianual - PPA

O cumprimento dos programas de governo, metas e suas ações, foram analisados e apresentados por ocasião da realização das audiências públicas para avaliação do cumprimento das metas fiscais.

2.1 - Das principais realizações em 2020

No decorrer do exercício talvez uma das maiores realizações do nosso município foi manter o equilíbrio financeiro das contas do erário público, apesar da crise financeira e epidêmica, constatada a nível nacional.

Ademais foram feitas as seguintes aquisições ou melhorias para o patrimônio público municipal de nosso Município:

- Aquisição de Rebritador - Contrato nº 044/20	249.000,00
- Aquisição de Veículo Fiat Ducato – Contrato nº 083/20	127.866,66
- Aquisição de Equipamentos p/Assoc. de Agricultores	261.389,00
- Aquisição de Veículo Chevrolet Spin - Contr. nº 143/20	99.900,00
- Aquisição de Veículo Fiat Ducato Minibus– Contr. nº 142/20	170.000,00
- Aquisição de Diversos Equipamentos	135.102,45
- Ampliação UBS de Tesouras	24.864,43
- Construção do CAIS	999.247,03
- Construção de Rede de Água	39.821,89

- Construção Quadra de Esportes p/ EMEF Emílio Carlos Linck, e demais Obras e Instalações em Escolas Municipais	314.468,02
- Construção de Quadras Esportivas/Obras Ginásio Esportes e Parque de Rodeios	1.266.412,12
- Construção do Parque de Máquinas p/ Secretaria de Obras	303.460,88
- Obras e Instalações em Praças Municipais	105.102,80
- Pavimentação de Ruas e Estradas	2.872.755,17
- Construção de Centro de Convivência	88.647,37
- Construção de Casas Populares	456.758,00

TOTAL DOS INVESTIMENTOS LISTADOS: R$ 7.514.795,82

3 – Das Informações sobre Vinculações Constitucionais

3.1 - Recursos aplicados na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, incluindo os Recursos do FUNDEB

No exercício em análise, foram investidos R$ 8.034.459,64 na MDE, o que corresponde a 26,73% da receita resultante de impostos e transferências.

O valor despendido na MDE pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
2028 – Manutenção Secretaria da Educação	238.210,94
1022 – Aquisição de Equipam. SMEC	1.550,00
1023 – Man. Ampl. Escolas	57.945,67
1114 – Equip. Escolas	47.712,26
2033 - Manutenção Ensino Fundamental	632.176,49
2034 - Remuneração Prof. Ensino Fund.	3.733.046,62
2067 - Gasto 40% FUNDEB	468.393,38
2118 – EJA	29.470,63
2036 – Transporte Ensino Fundamental	246.878,69
2038 – Treinamento Professores	9.375,50
2103 – Manutenção Educação Especial	198.144,23

2121 – Rem. Prof. Educ. Especial	341.708,82
1054 – Equip. Pré-Escola	10.330,00
1098 – Man. Ampliação Escolas Pré-Esc.	36.317,95
2109 – Manutenção Pré-Escola	167.801,38
2110 – Rem. Prof. Pré-Escola	485.743,63
2119 – Transporte Pré-Escola	0,00
2116 – Educ. Especial Pré-Escola	4.159,09
1077 – Equip. Creches	5.019,00
1097 – Man. Ampl. Creches	4.294,26
2041 – Manutenção Creches	794.946,34
2111 – Rem. Prof. Creches	859.614,36
2117 – Educ. Especial Creche	59.380,21
(-) Ganhos com o FUNDEB	-395.269,93
(-) Cancelamento de Restos a Pagar	-2.489,88
TOTAL	**8.034.459,64**

3.2 - Recursos aplicados nas Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS

No exercício em análise, a execução orçamentária demonstrou a aplicação de R$ 5.096.410,32, nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, representando 16,95 % da Receita base de cálculo descrita nos termos da legislação vigente.

O valor despendido nas ASPS pode ser assim identificado:

PROJETO/ATIVIDADE	VALOR
2005 – Manutenção Secretaria da Saúde	204.391,62
1005 – Equip. Atenção Básica	276.965,37
1108 – Constr. CAIS	1.721,76
2006 – Transporte Saúde	714.339,63
2008 – PACS E PSF	702.602,47
2009 – Atendimento Odontológico	308.498,96
2063 – Hospital, Laboratórios, Outros	786.677,72
2122 – Assist. Médica População	1.198.609,96
2101 – Convênio SAMU/SALVAR	133.017,17
2065 – Manutenção CAI	8.391,58
2123 – Hosp. Lab. Outros MAC	509.555,50
2124 – Assist. Farmacêutica	172.021,23
2125 – Vigilância Sanitária	15.432,28
2126 – Vigilância em Saúde	17.246,91
2129 – Assist. Farm. Especial	46.938,16
TOTAL	**5.096.410,32**

4 – Do Desempenho da Arrecadação conforme art. 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal

A Receita orçamentária teve o seguinte desempenho no exercício que se encerrou:

Discriminação	Previsão Anual Atualizada	Realiz. no Período	% Real. Período
1 – Receitas Correntes	**43.315.466,61**	**42.809.284,41**	**98,83%**
Receita Tributária	3.612,105,72	3.922.598,32	108,60%
Receita de Contribuições	1.600.000,00	1.568.242,85	98,02%
Receita Patrimonial	5.204.918,92	2.211.430,57	42,49%
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00%
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00%
Receita de Serviços	924.000,00	961.646,90	104,07%
Transferências Correntes	31.795.293,06	33.966.090,96	106,83%
Outras Rec. Correntes	179.148,91	179.274,81	100,07%
2 – Receitas de Capital	**6.512.244,26**	**4.620.617,67**	**70,95%**
Operações de Crédito	2.501.704,00	1.895.229,27	75,76%
Alienação de Bens	661.100,00	530.500,00	80,25%
Amort. de Empréstimos	377.120,00	346.263,48	91,82%
Transfer. de Capital	2.966.495,27	1.823.214,51	61,46%
Outras Rec. de Capital	5.824,99	25.410,41	436,23%
4 - Receitas Intra-Orçam	**2.942.000,00**	**3.928.806,53**	**133,54%**
Total da Receita	**52.769.710,87**	**51.358.708,61**	**97,33%**

4.1 - Análise quanto ao Desempenho da Arrecadação

4.1.1-Quanto às Receitas Tributárias

A Receita Tributária atingiu ao final do exercício em análise o montante de R$ 3.922.598,32, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R$ ***3.612.105,72***, representa uma realização de 108,60% da projeção para o período.

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Atualizada	Realizada no Período	% Real. / Prev.
Impostos	**2.729.935,00**	**3.041.215,82**	**111,40%**
I P T U	502.935,00	455.003,25	90,47%
I R R F	713.000,00	733.269,42	102,84%
I T B I	876.100,00	1.186.124,06	135,39%
I S S	637.900,00	666.819,09	104,53%
Taxas	**688.170,72**	**685.350,24**	**99,59%**
Taxas p/ Exerc.Poder de Polícia	262.170,72	281.912,10	107,53%
Taxas p/ Prestação de Serviços	426.000,00	403.438,14	94,70%
Contribuição de Melhorias	**194.000,00**	**196.032,26**	101,05%
Total das Receitas Tributárias	***3.612.105,72***	***3.922.598,32***	***108,60%***

4.1.1.1 – Medidas no sentido de Recuperação de Créditos Tributários e Fiscalização da Receita

Temos a informar que a maior parcela da Receita do Município, vem de fontes externas, através de transferências dos Governos da União e do Estado, sobre as quais a Administração Municipal não tem ação efetiva, limitando-se a registrá-las e controlar as suas aplicações.

Atualizamos os valores da avaliação Terra-Nua. Informamos à receita Federal, que gerou incremento significativo no ITR. Foram realizados treinamentos para fiscalização, no entanto o Município está aguardando a liberação de dados das declarações, por parte da Receita Federal, para realizar a fiscalização.

A receita própria, por força do sistema tributário nacional, se limita aos impostos: IPTU, ITBI, ISS, IRRF, Contribuição de Melhoria, Taxas e demais receitas. A Prefeitura mantém um pequeno número de fiscais, que visitam os estabelecimentos comerciais, verificando a sua regularidade junto ao fisco municipal, dá orientação e, se for o caso, aplicando as sanções cabíveis para que o custo não ultrapasse a arrecadação pelo princípio da economicidade.

O IPTU tem recebido um tratamento diferenciado, com cadastro imobiliário e embora não haja uma fiscalização direta em cada domicílio, nenhuma transação imobiliária é efetuada, sem a certidão de regularidade com o fisco municipal.

Destaca-se que o Município desenvolve o Programa de Integração Tributária em parceria com o Governo do Estado. E com o objetivo de melhorar a arrecadação do ICMS realiza revisão dos blocos dos produtores rurais, Guias Modelos A e B, sendo que também proporcionou o aperfeiçoamento do setor responsável através da realização de cursos.

4.1.1.2 – Ações no sentido de combate à Sonegação e Incremento de Receitas Tributárias

A Prefeitura promove a cobrança dos tributos municipais, inicialmente em caráter amigável, através de editais divulgados nos meios de comunicação existentes no município. Esgotados os meios amigáveis, a Prefeitura promove a cobrança por protesto junto ao Tabelionato, para posterior cobrança judicial. Cabe salientar que esse recurso é evitado por dois motivos: primeiro porque os processos judiciais se arrastam por longo tempo, frustrando a intenção da Prefeitura de disponibilizar os recursos no menor tempo possível, e segundo, por que as dívidas, na sua grande maioria são diminutas, não comportando a cobrança judicial, em face do seu elevado custo, o que torna a medida desgastante, deficitária e anti-econômica.

Foi realizada a revisão de tabelas para avaliação de imóveis rurais e urbanos, para fins de cobrança do ITB, o que gerou aumento da arrecadação.

Através de Lei Municipal foi proporcionado o parcelamento de débitos inscritos em dívida ativa, referente a créditos tributários, não tributários e em execuções fiscais.

Foi realizado o cálculo atuarial para reavaliar as alíquotas de contribuição do RPPS.

4.1.2-Quanto às Receitas de Contribuições

A Receita de Contribuições atingiu ao final do exercício em análise o montante de R$ 5.205.387,07, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R$ 4.537.000,00, representa uma realização de 114,73% da projeção para o período.

DISCRIMINAÇÃO	Previsão Atualizada no Período	Realizada no Período	% Real. / Prev.
Contribuições Sociais	**4.027.000,00**	**4.784.885,36**	**118,82%**
Contribuições Previdenciárias	1.090.000,00	1.147.741,14	105,30%
Contrib. Previd. Intra-Orcam.	2.937.000,00	3.637.144,22	123,84%
Contribuições Econômicas	**510.000,00**	**420.501,71**	**82,45%**
Contribuição p/Custeio Ilum. Pública	510.000,00	420.501,71	82,45%
Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00%
Total das Receitas de Contribuições	***4.537.000,00***	***5.205.387,07***	***114,73%***

4.1.3-Quanto às Receitas de Transferências Correntes

As Receitas de Transferências Correntes atingiram ao final do exercício em análise o montante de R$ 33.608.692,87, que, confrontada com a previsão constante na programação financeira de R$ 31.079.959,44, representa uma realização de 8,14% acima da projeção para o período.

DISCRIMINAÇÃO	Programada no Período	Realizada no Período	% Real / Progr.
Transferências da União	**14.174.425,18**	**15.591.294,87**	**109,99%**
Cota parte do F P M	8.563.000,00	8.343.898,37	97,44%
Cota parte do I T R	1.628.000,00	1.644.942,12	101,04%
Cota parte da LC 87/96	81.000,00	0,00	0,00%
Cota Parte Fundo Especial	145.000,00	112.945,12	77,89%
Transferências do SUS	2.404.295,00	2.399.046,07	99,78%
Transferências do F N A S	269.730,00	417.082,46	154,63%
Transferências do F N D E	640.908,33	622.899,42	97,19%
Outras Transferências da União	442.491,85	2.050.481,31	463,39%
DISCRIMINAÇÃO	**Programada no Período**	**Realizada no Período**	**% Real. / Prev.**
Transferências do Estado	**16.881.534.26**	**17.970.732,54**	**106,45%**
Cota Parte do I C M S	13.541.985,00	14.845.794,79	109,63%
Cota Parte do I P V A	1.830.000,00	1.965.501,59	107,40%
Cota Parte do IPI / Exportação	215.000,00	212.727,01	98,94%
Cota parte da C I D E	18.000,00	9.108,51	50,60%
Transf. do Fundo Estadual Saúde	645.299,26	652.302,27	101,08%
Outras Transferências do Estado	4.000,00	1.605,81	40,14%
Transferências de Convênios	627.250,00	283.692,56	45,23%
Outras Transferências	**24.000,00**	**46.665,46**	194,44%
Transferências de Pessoas/Instituições/Outras	24.000,00	46.665,46	194,44%
TOTAL	31.079.959,44	33.608.692,87	108,14%

5 – Conclusão

Por fim, destacamos que todas as ações desenvolvidas estão retratadas nas demonstrações contábeis e orçamentárias e os aspectos mais relevantes da execução orçamentária encontram-se apresentadas nesta exposição circunstanciada. Todavia, colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos e apresentação de documentos que se façam necessários para cumprimento do mandamento constitucional de prestar contas.

Chapada - RS, 31 de dezembro de 2020.

CARLOS ALZENIR CATTO
PREFEITO MUNICIPAL